

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E JUDICIAIS								
<b>DOCENTE</b>	DÉCIO VIEIRA DA ROCHA								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIRELE158	<b>SEMESTRE</b>	2021.2	<b>PERÍODO</b>	-	<b>NATUREZA</b>	ELETIVA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	30h

<b>EMENTA</b>		Este curso tem como objetivo trazer um debate atualizado sobre as principais instituições políticas e judiciais que se constituíram na Constituição Federal de 1988, período de redemocratização. Para isso, contará com uma primeira parte, em que será discutido a rápida modificação demográfica (do rural para o urbano) principalmente a partir da década de 1930, ano de chegada de Getúlio Vargas ao poder. Portanto será analisada a formação de direitos num Estado de Cidadania “regulada”. Também será analisada a formação do Estado e dos Direitos, a competição política e os militares até meados da década de 1970. A segunda parte contará com uma análise mais pormenorizada da construção da CF de 88 e as instituições criadas neste período. Federalismo, Ministério Público, STF, Partidos Políticos e relações Executivo-Legislativo.												
<b>OBJETIVOS</b>		O curso busca trazer elementos teóricos e empíricos para compreender a atual conjuntura de ganhos políticos, sociais e jurídicos e a crise atual do estado. Portanto, será discutido os efeitos do desenho constitucional sobre as políticas públicas e para a interação entre sistema político e sistema judicial. Portanto, espera-se que os (as) discentes construam elementos críticos para entender o atual cenário institucional brasileiros e seus impasses.												
<b>METODOLOGIA</b>		Aulas expositivas e seminários em grupo.												
<b>HABILIDADES</b>  Exigência MEC  CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	<b>X</b>	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.												
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.												
	<b>X</b>	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.												
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.												
		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.												
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.												
		Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.												
	<b>X</b>	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.												
		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.												
	<b>X</b>	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.												
	<b>X</b>	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.												
	<b>X</b>	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.												
	<b>X</b>	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.												
	<b>X</b>	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.												
		Outras:												
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>														
<b>AULA</b>		<b>TEMA</b>												
1		Introdução: O Brasil antes e após 1930. Urbanização acelerada e formação do Estado.												
2		A trajetória inversa da cidadania no Brasil: Direitos sociais antes dos direitos políticos e civis.												
3		Cidadania regulada												
4		Direitos políticos- a democracia competitiva de 1946-1964.												
5		Militares na política												
6		Da ditadura militar a redemocratização												
7		O desenho constitucional da CF de 88												
8		O presidencialismo de coalizão- relações entre Executivo-Legislativo												
9		A hiperfragmentação do sistema partidário												
10		O efeito do federalismo sobre a distribuição de políticas públicas												

11	Órgãos de controle- Ministério público: atuação e competências
12	Judiciário e política- A expansão do sistema judicial
13	Judicialização da política e das relações sociais
14	A concentração de renda-As dificuldades de distribuir as riquezas no período democrático
15	A crise e as instituições.
TRILHA	Advocacia Empresarial
	Carreiras Públicas
	Regulação
	<input checked="" type="checkbox"/> Justiça e Sociedade
	Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Aulas expositivas que exigem participação dos (as) discentes e leituras dos textos. Haverá seminários que deverão ser apresentados em grupo a partir de um texto previamente selecionado. A avaliação será constituída de 1) 3 fichamentos dos textos discutidos 2) apresentação de um seminário em grupo. Isso constituirá a primeira avaliação. A Avaliação final, será um trabalho de 5 a 10 páginas, relacionado a algum dos temas debatidos durante o curso.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	DE JOSÉ, Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011. 236 p. ISBN: 8520005659. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1987. [2a ed.] CASTRO GOMES, Angela de (2005) Do Trabalhismo ao PTB in A Invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro, FGV Editora. 3a edição.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	COUTO, C. G., & Arantes, R. B. (2006). Constituição, governo e democracia no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 21(61), 41- 62. CONGLETON, R.D. - Swedenborg, B. (eds), 2006, Democratic Constitutional Design and Public Policy, Cambridge, Massachusetts, MIT Press. ARGUELHES, DIEGO WERNECK; RIBEIRO, LEANDRO MOLHANO. MINISTROCRACIA : O Supremo Tribunal individual e o processo democrático brasileiro. Novos estud. CEBRAP, São Paulo , v. 37, n. 1, p. 13-32, Apr. 2018 . Available from < <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-33002018000100013&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-33002018000100013&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a> >. access on 01 May 2021. <a href="https://doi.org/10.25091/s01013300201800010003">https://doi.org/10.25091/s01013300201800010003</a> . BRINKS, D. M., & Forbath, W. (2013). The Role of Courts and Constitutions in the New Politics of Welfare in Latin America. Cambridge University Press. KERCHE, F. (2007). Autonomia e discricionariedade do Ministério Público no Brasil. Dados, 50(2), 259-279.